

MILENE DE FÁTIMA MUELLER

Planejamento Ecoturístico do Parque Nacional do Superagüi e Entorno
Uma Proposta Prática para o Desenvolvimento Sustentável

CURITIBA

2001

Planejamento Ecoturístico do Parque Nacional do Superagüi e Entorno
Uma Proposta Prática para o Desenvolvimento Sustentável

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ecoturismo realizado pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão.

Orientador: Prof. Paulo C. R. Cerdeira

Agradeço a Deus,

Supremo Criador das belezas naturais

Minha família pelo carinho, incentivo e paciência

Meus amigos pela compreensão

Senhor João Amadeu Alves, da Pousada Chauá, pela prestividade e
colaboração

Aos profissionais da área de meio ambiente, principalmente Angela Panizzi e
José Adailton Caetano que da experiência e orientações
obtive o entusiasmo para a realização deste

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	iv
RESUMO	v
1 INTRODUÇÃO	1
2 ECOTURISMO E MEIO AMBIENTE	4
2.1 MEIO AMBIENTE.....	4
2.2 O ECOTURISMO.....	8
2.3 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.....	12
3 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI E ENTORNO	17
3.1 HISTÓRICO REGIONAL.....	17
3.2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....	19
3.3 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	21
3.4 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	24
3.5 ATRATIVOS ECOTURÍSTICOS.....	28
4 ECOTURISMO HISTÓRICO E QUESTÕES	38
5 PLANEJAMENTO E ECOTURISMO	46
6 PROPOSTA DE PROJETO DE PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO	58
6.1 APRESENTAÇÃO.....	58
6.2 OBJETIVOS.....	59
6.2.1 Objetivo Geral.....	59
6.2.2 Objetivos Específicos.....	59
6.3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	60
6.4 INFRAESTRUTURA.....	61
6.5 CRONOGRAMA.....	63
7 CONCLUSÕES	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXOS	36

LISTA DE FIGURAS

1	VISTA DA VILA DO ARARAPIRA.....	29
2	ILHA DO PINHEIRO VISTA DA ILHA DO PINHEIRINHO	31
3	VISTA AÉREA DO CANAL DO VARADOURO, DIVISA ENTRE OS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARANÁ.....	31
4	PRAÇA LITORÂNEA DA CIDADE DE GUARAQUEÇABA.....	32
5	PAPAGAIO-CHAUÁ (<i>Amazona brasiliensis</i>)	34
6	MICO-LEÃO-DA-CARA-PRETA (<i>Leontopithecus crysopygus caissara</i>)	34
7	ECOTURISMO E PLANEJAMENTO SOCIAL	47
8	FORMULÁRIO GERAL DE SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO.....	52
9	FORMULÁRIO DE DIAGNÓSTICO GERAL.....	54
10	FORMULÁRIO POTENCIAL ECOTURÍSTICO	56
11	FORMULÁRIO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	57

RESUMO

A presente monografia refere-se a um trabalho de levantamento de informações sobre meio ambiente, ecoturismo e planejamento, seu caráter subsidiador para gestão de Unidades de Conservação, em especial o estudo de caso do Parque Nacional do Superagui, litoral paranaense, com ênfase à sua comunidade de entorno. Apresentada uma revisão bibliográfica, com base na literatura especializada reunida, são expostos também aspectos técnicos e operacionais do planejamento ecoturístico direcionados para sua necessidade e importância, bem como propostas de ações práticas na área. Caracterizada a região, foco do projeto, as propostas sugeridas apresentam a versatilidade para serem trabalhadas em outras Unidades de Conservação desde que consideradas e adaptadas às suas respectivas características e realidades.

1 INTRODUÇÃO

Isto sabemos:
todas as coisas estão ligadas
como sangue
que une uma família [...]
Tudo o que acontecer à Terra,
acontecerá aos filhos da Terra [pois]
O homem não tramou o tecido da vida;
ele é simplesmente um de seus fios.
Tudo o que faz ao tecido,
fará a si mesmo”.

- Ted Perry, inspirado no Chefe Seattle

Apesar da dependência do ser humano dos recursos naturais é evidente que sua capacidade de alterar o meio ambiente tem trazido algumas conseqüências irreversíveis que comprometem sua sobrevivência no Planeta.

As questões ambientais perpassam e são perpassadas pelas questões sociais, especialmente nos campos sócio-econômico e cultural, que se caracterizam por relações de desigualdades. Estas relações, mais evidentes nos grandes centros urbanos, impulsionam a busca de alternativas que minimizem algumas desigualdades na perspectiva de que o meio ambiente (ou a “natureza”) é um bem comum. A procura, a “apropriação/uso” de ambientes naturais cresce a cada dia com motivações que variam desde o lazer, a curiosidade, a fuga do

estresse até a construção do conhecimento e ao conservacionismo – estes são fatores de geração de novas demandas para o ecoturismo.

O ecoturismo é um campo relativamente novo e abrangente que supõe o “desafio” de conciliar uso, ocupação, desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

E, com base em princípios ecodesenvolvimentistas como os acima referidos, é que se alicerçam as propostas deste trabalho na busca de contemplar sim o mote ambiental, porém como parte de um todo – o sistema que, com as demais partes integradas, (econômico-social, cultural etc), compõem a realidade da comunidade de entorno do Parque Nacional do Superagüi.

No entanto, teve por objetivo desenvolver projeto de pesquisa com verificação da realidade atual do PARNA do Superagüi, nos âmbitos econômico-social e ambiental, especialmente da comunidade de entorno, com vistas a subsidiar proposta de desenvolvimento ecoturístico com planejamento afim.

Ainda como objetivos secundários, porém não menos importantes, estão inseridas nesta proposta as intenções de: a) elaborar e sistematizar conjunto de informações com base nas diferentes fontes e formas de pesquisa utilizadas a respeito do objeto de estudo – Parque Nacional do Superagüi – no entendimento máximo de abrangência dos diferentes âmbitos; b) propiciar subsídio técnico-operacional para profissionais da área de ecoturismo e administração de Unidades de Conservação, especialmente aos envolvidos com o PARNA do Superagüi; c) oportunizar a aquisição de informações, orientações e conhecimentos básicos sobre meio ambiente, ecoturismo, desenvolvimento e planejamento; d) despertar o interesse pela responsabilidade individual e coletiva da comunidade de entorno

com relação ao meio ambiente e aquele ecossistema específico e, finalmente, propor plano de desenvolvimento sustentável para a comunidade de entomo com vistas a fomentar discussões e práticas para a criação de infra-estrutura para o desenvolvimento do ecoturismo.

2 O ECOTURISMO E O MEIO AMBIENTE

Com vistas a tomar mais claros os temas abordados posteriormente na proposta, seguem os aspectos conceituais necessários para uma fundamentação teórica de embasamento deste trabalho.

2.1 MEIO AMBIENTE

Quando se fala em meio ambiente, não se trata apenas de compreender a dinâmica de relacionar esta dinâmica com aquilo que, em última análise, a está cada vez mais determinando: a ação humana modifica um conjunto de processos naturais para prover suas necessidades de sobrevivência e desenvolvimento.

O que ocorre é que estas modificações estão incidindo de maneira freqüente sobre as próprias condições de vida humana, ou seja, o que era para promover melhorias, hoje apresenta problemas, até porque os modelos tradicionalmente comuns de desenvolvimento apresentam-se aquém das perspectivas da qualidade ambiental e da própria qualidade de vida.

Historicamente a maioria dos programas e campanhas de conscientização ambiental na válida intenção de contribuir para a busca de alternativas de soluções para os problemas ambientais, raramente ultrapassam o caráter descritivo, ou ainda mantêm a visão catastrófica sobre a relação homem/natureza,

a constatação dos acelerados processos de destruição e suas conseqüências, além da constante preocupação com estes fatos.

Na verdade, ao se conceituar meio ambiente e, para preparar-se para trabalhar com questões afins, não se pode deixar de considerar o homem, o ser humano, como parte deste meio do qual depende totalmente e interage com ele. Trata-se portanto de recuperar a dimensão antropocêntrica dos conhecimentos relativos ao meio ambiente e suas questões.

De acordo com a Constituição Federal o meio ambiente deve ser entendido em sua totalidade sendo "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"(Lei 6938/81).

José Afonso da Silva, leciona a classificação de meio ambiente como segue:

- "Meio ambiente natural, que inclui os chamados recursos naturais, constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora e fauna.
- Meio ambiente artificial, formado pelas edificações, equipamentos urbanos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral), comunitários, enfim, todos os assentamentos de reflexos urbanísticos.
- Meio ambiente cultural, integrado pelo patrimônio arqueológico, artístico, histórico, paisagístico e turístico".

O conjunto desta classificação, o todo do meio ambiente, de acordo com a ocasião em que se pretende trabalhar é objeto de estudo e de desenvolvimento do Ecoturismo.

"O ambiente é a totalidade do Planeta e os elementos que o compõem: físicos, químicos e biológicos, tanto os naturais quanto os artificiais, tanto os

orgânicos quanto os inorgânicos, nos distintos níveis de sua evolução, até o homem e suas formas de organização na sociedade, onde a rede de interrelações existentes entre estes elementos se encontra em estreita dependência e influência recíprocas” (Seara Filho, 1994).

Em toda discussão sobre o meio ambiente e suas questões, é analisado o comportamento humano em relação, até para se entender os caminhos percorridos pela humanidade até então e, se poder definir novos a seguir, cabe portanto conceituar homem/ser humano: "O homem é um dos elementos do ambiente, formado das partes: o biológico, o racional, o emocional, que estão em permanente integração e interrelação entre si e com os outros elementos da natureza, nos diferentes níveis de sua evolução.

Esta influência recíproca faz nascer o homem social, que ao incorporar todas estas dimensões alicerça a história da construção humana em estreita e contínua reciprocidade” (Leão & Alves, 1994).

Quando se trata de problemas e a consideração dos recursos ambientais, ou se concebe um contexto de escassez, que pressupõe a conservação, mas também à armazenagem e à injustiça e, mais falhas de distribuição, ou um contexto de abundância que permite a generosidade, mas também o desperdício e o esbanjamento. Tanto a carência quanto a fartura podem incorrer em danos sócio-ambientais.

Apesar dos fatos que reforçam a visão catastrófica “com relação ao quadro ambiental e para onde caminha, segundo dados de 1997, apresentados pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas, a cada ano, a produção de alimentos, bem

como outros recursos essenciais e energia são suficientes para prover as necessidades da civilização mundial”.

Ainda que não seja o caso de se tomar estas informações como verdades absolutas, certamente os problemas perpassam por modelos de “gestão” de recursos.

Mahatma Ghandi dizia: “A Terra é suficiente para prover as necessidades de todos, porém não a ganância de todos”. Refletir sobre esta afirmação é confirmar a necessidade de trilhar novos caminhos para um desenvolvimento que corresponda tanto às necessidades de “sobrevivência” do homem, quanto do planeta.

“O desenvolvimento econômico é algo muito mais amplo e profundo do que a economia. Suas raízes, encontram-se na educação, na organização, na disciplina e, mais do que isso, na independência política e numa consciência nacional de autoconfiança” (F.F. Schumacher).

Oportunamente estes princípios de “organização, educação e disciplina” propostos por Schumacher contribuem para a busca dos caminhos para o desenvolvimento sustentável, bem como para o planejamento de ações ambientais.

O desenvolvimento sustentável se caracteriza por não ser centrado na produção, mas nas pessoas.

“Cada um de nós é único.

nós somos a matéria do planeta

surgimos dessa essência, desta matéria

e a ela voltaremos.

não nos devemos esquecer disso em nenhum momento de nossas vidas”.

(Alain Hervé)

As pessoas, autoras da realidade escrita durante a evolução do Planeta, que afirma a dissociação entre sociedade e natureza, atualmente percebem a importância de se buscar alternativas que conciliem o ritmo acelerado e a dinâmica do dia-a-dia a situações de equilíbrio, autocrescimento, lazer e outros.

Neste sentido é crescente a procura de atividades que proporcionem a sensação de harmonia, tendo como atrativos principais os ambientes ditos naturais.

A tomada de consciência por parte das pessoas de que o mito da natureza intocada não condiz com a realidade e de que, outrora os seres humanos eram tratados como seres estranhos ao meio ambiente natural e hoje admite-se que as noções de espaços naturais são estritamente humanas, significando também que em toda a natureza coexistem os humanos, geram as demandas do Ecoturismo.

2.2 O ECOTURISMO

Para que se possa entender e posteriormente definir melhor ecoturismo a educação ambiental deve ser abordada como referencial, considerando-se o ecoturismo um segmento ecologicamente correto do turismo, cujas ações baseiam-se em princípios e comportamentos que refletem a conscientização e educação ambiental de seus praticantes.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil, a Rio'92 foi um dos

principais dos eventos que se tomou um marco global do contexto histórico do Meio Ambiente.

Vários tratados foram assinados por representantes de instituições de mais de 170 países, reconhecendo o papel da educação ambiental para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”.

A educação ambiental, trabalhada como processo, pode ser entendida como um dos meios para se viabilizar algumas das proposições, assumidas internacionalmente em eventos como a Rio’ 92, com relação ao meio ambiente, como por exemplo, no que se refere à mudança de mentalidade para a conscientização das pessoas sobre a necessidade de novas posturas, diante das questões constatadas ao longo da história da humanidade e evidenciadas em eventos afins.

Outras categorias de ações com relação ao meio ambiente têm vínculos com a educação ambiental, como o ecoturismo.

Antes de se conceituar e debater o ecoturismo é interessante referir-se ao conceito de turismo, propriamente dito, até porque trabalhar-se-á com o ecoturismo enquanto segmento deste: “Turismo é um complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas de lazer e entretenimento” (José Vicente de Andrade).

José Afonso da Silva diz que: “o fenômeno turístico se manifesta pelo deslocamento de pessoas para lugares que lhe proporcionem especial atração de beleza, lazer, divertimento, comodidades e repouso”.

Ecoturismo – “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (EMBRATUR).

Há uma dicotomia com relação ao ecoturismo que, de uma forma, como pode-se observar no conceito acima, visa integrar, pelo menos conceitualmente, os componentes da educação ambiental e educação através da interpretação e; de outra frisa que é um segmento do turismo, nesse sentido está inserido em desenvolvimento na economia mundial.

Ao se considerar os princípios e critérios do ecoturismo esta dicotomia não se valida e a visão do “todo” do ecoturismo (composto por partes específicas), aproxima-se da ideal.

Segundo The Eoplan: Net Institute (1994) o ecoturismo contempla os seguintes critérios:

- Promover a conservação e proteção ambiental
- Operar de maneira responsável com base nos princípios da administração verde
- Estabelecer parcerias com associações locais e ONG's
- Promover benefícios econômicos às comunidades locais
- Educação e sensibilização quanto às questões ambientais
- Possibilitar a participação das populações locais e indígenas no planejamento e desenvolvimento do ecoturismo
- Trabalhar com guias capacitados responsáveis

- Realizar planejamento integrado e sustentável
- Fornecer uma experiência inesquecível a um destino exótico

Ecoturismo: “O turismo ecológico ainda se diferencia por dar muitas informações aos visitantes, mesmo aspectos e curiosidades que não são aparentes mas que têm muito mais a ver com a natureza, os costumes e a história local que possibilitam uma integração mais profunda, mais interessante e inesquecível com a região” (Ismael Nobre, 1991).

O Ecoturismo se caracteriza por: a) corresponder a uma postura do viajante independentemente do local que este esteja visitando, o interesse principal é o conhecimento o que pressupõe a interpretação da realidade, a contextualização e não a simples informação; b) desenvolver atividades em ambientes naturais e/ou sociais, por considerar o valor cultural para a humanidade e para a própria reprodução da vida – no sentido conservacionista; estruturar processos de desenvolvimento da e com a população local e somente com esses objetivos intentam o desenvolvimento econômico utilizando os recursos naturais (Alencar e Barbosa, 2000).

Tanto o desenvolvimento econômico quanto a questão ambiental são desafios a serem enfrentados por países como o nosso, porém o primeiro acontece a qualquer preço, ou seja, os indicadores básicos de produção e consumo sempre estarão presentes de maneira ativa no dia-a-dia , no gerenciamento, enfim em todos os aspectos destes países. Quanto ao segundo, a questão ambiental, o tratamento é relativo, à medida em que assume proporções cada vez mais preocupantes e coloca inclusive restrições ao crescimento econômico é que se busca sistematizá-la e, só então, adaptá-la ao modelo de desenvolvimento.

A questão ambiental é portanto , geralmente trabalhada como algo à parte da sociedade.

Os questionamentos acerca desta realidade apontam para a necessidade de caminhos que visem a sustentabilidade geral.

O Desenvolvimento sustentável tem sido amplamente discutido enquanto resposta a estes questionamentos.

2.3 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Como resposta de um relatório encomendado em 1983 pela Assembléia das Nações Unidas, a Comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento composta por 22 membros e presidida pela primeira ministra da Noruega, Sra. Brundtland, elaborou o documento que foi publicado em 1987 e posteriormente denominado "Nosso Futuro Comum".

O conceito de desenvolvimento sustentável deste relatório tem três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, induzindo um "espírito de responsabilidade comum". O progresso é entendido como maior riqueza, maior benefício social e eqüitativo e equilíbrio ecológico.

O ambiente é tratado sob a ótica da degradação e escassez dos recursos naturais: degradação e escassez dos recursos naturais: o desmatamento, a desertificação crescente, as grandes inundações, a chuva ácida, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, a contaminação das águas e alimentos etc.

Nos últimos anos a noção de desenvolvimento sustentável tem servido para agrupar diferentes interesses, assim a mesma denominação abriga diferentes conceitos e práticas.

Na origem do termo “sustentado” estão os desenvolvimentos de explorações de recursos renováveis como pesca e florestal. Neste sentido a sustentabilidade considerada de um recurso ou de um ecossistema é dependente de um equilíbrio entre extração e o mínimo de renovabilidade para o recurso. É assim que define Pearce (1988): “a sustentabilidade requer no mínimo a manutenção no tempo de um estoque constante de capital natural”.

Uma outra definição é centrada na capacidade de sistema produtivo de manter sua produtividade, apesar das possíveis perturbações stress e choques a que esteja exposto.(Conway, 1988).

E, uma terceira definição está no relatório Bruntland (Nosso Futuro Comum): “o desenvolvimento sustentado é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades”.

Esta definição tem sido a mais utilizada e, centrada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico é criticada por vários autores, como Readcliff (1987, 1991), que insistem que não se pode pensar nas gerações futuras quando parte da geração atual não atende às suas necessidades básicas.

Não é o caso de se entender como resposta a estas críticas, mas em termos da globalização dos aspectos da sustentabilidade, pelo menos tendencialmente, itens da Agenda 21 vem de encontro a estes questionamentos tendo inclusive capítulos específicos referentes à problemática social e a questão

ambiental. O fato é que a “praticidade” da tendência ecodesenvolvimentista da Agenda 21, por exemplo deixa a desejar: quase uma década está se passando desde a Rio’92 e as ações se e quando acontecem se dão muito lentamente e em muitos casos dissociados da realidade.

Quanto às questões sociais e ambientais são perpassadas entre si e estabelecem-se relações de interdependências e consequência, ou seja, os problemas ambientais são refletidos nos sociais no que se refere às condições de sobrevivência das populações ditas menos favorecidas e sua qualidade de vida. Por outro lado o próprio “estado” de pobreza e miserabilidade também gera consequências que contribuirão para o aumento da problemática ambiental. Como observado no Relatório Bruntland, “a pobreza causa deterioração ambiental tanto nas zonas rurais quanto urbanas. Ampliada a propriedade e o uso das terras melhores por parte daqueles que possuem os recursos e a tecnologia para explorá-las relegam os muitos pobres às terras de qualidade inferior – nas encostas dos morros, por exemplo. Isto é uma causa habitual de diversos tipos de erosão e a perda do solo, que empobrece ainda mais os que trabalham nestas terras. Normalmente eles migram aos milhares para os centros urbanos em busca de sustento, exacerbando mais ainda a urbanização explosiva e ‘descapitalizada’ dos países subdesenvolvidos de hoje.

O principal combustível em uso por todo o mundo – o combustível dos pobres – é a lenha ou o adubo, e seu crescente consumo causa problemas ambientais”.

As aglomerações destas pessoas nas comunidades sem infra-estrutura adequada levam ao aumento de lixo.

A perda da fertilidade do solo; escassez de recursos naturais essenciais como água; a produtividade reduzida dos sistemas naturais, contaminados e degradados, reduzem o emprego e as oportunidades de subsistência dos vitimados com a condição de pobreza e miséria.

Este tipo de situação confirma a premissa da relação de consequência, quando o problema social interfere no ambiental e vice-versa.

A má administração do meio ambiente incorre em alto custo do processo de desenvolvimento, diversos segmentos do setor produtivo passam por experiências como riscos de perda total devido a problemas ambientais, desde as fases de construção ou de operação de seus empreendimentos.

Felizmente a legislação ambiental referente a licenciamento tem se tomado mais criteriosa o que, no mínimo visa diminuir impactos das atividades produtivas.

Quando se trata de estudar a relação entre as modalidades atuais de desenvolvimento econômico e uso dos recursos naturais e seu impacto sobre o meio ambiente é importante ressaltar que, a degradação ambiental não é apenas uma problemática e sim um processo, que afeta a todos indistintamente mesmo que de formas e resultados diferentes.

“A deterioração ambiental não é uma consequência inevitável do progresso humano, e sim uma característica do tipo de desenvolvimento econômico hoje predominante, intrinsecamente insustentável em termos ecológicos, além de socialmente desigual e injusto” (Nossa Própria Agenda).

É evidente a necessidade de mudança, porém se consideradas as proporções que deveriam atingir, sua implementação torna-se utópica. O que não significa total impossibilidade, mas afirma as dificuldades e limita os caminhos.

Apesar de tudo surgem alternativas de como se buscar estes caminhos e, quando se tem uma possibilidade de realmente assumir o “espírito de responsabilidade comum” e tomá-lo praticável o importante é tentar fazê-lo. Oportunamente o ecoturismo é uma destas possibilidades, seus próprios princípios condizem com a sustentabilidade, o que tenha ocorrido talvez seja com relação à sua prática e as questões não resolvidas quanto à dicotomia entre nova modalidade de atividade turística (cunho econômico) e de “viagem responsável” (cunho ambiental). Sem contar com a prática do ecoturismo com enfoque voltado mais para o “marketing ecológico” do que para o atendimento de seus objetivos propriamente ditos. Este tipo de debate implica em maiores discussões que nesta monografia abririam novos leques de estudos ampliando sua abrangência. E, ainda como foi delimitado o estudo de caso do PARNA do Superagüi, considera-se conveniente intervir nesta questão apenas a título de sugestão que, por exemplo, quando do processo de planejamento ecoturístico contemplem-se itens e critérios de sistematização voltados ao fomento da discussão sobre este tema. Porém a título de ilustração cabe citar um conceito de marketing turístico: “É a adaptação sistemática e coordenada da política das empresas de turismo – tanto privadas como do Estado – no plano local, regional, nacional e internacional, visando a plena satisfação das necessidades de determinados grupos de consumidores, obtendo com isso, um lucro apropriado” (J. Krippendorf).

3 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI E ENTORNO

3.1 HISTÓRICO REGIONAL

O município de Guaraqueçaba situado no litoral Norte do Paraná possui uma extensão de 2.317.024 km² composto por uma grande região continental e várias ilhas oceânicas.

Sua história se confunde com a ocupação e colonização do Estado do Paraná. Segundo BEHR (1997) os primeiros sinais de vida humana na região estão evidenciados pela presença de dezenas de sítios arqueológicos denominados sambaquis ou casqueiros, que são depósitos dos restos de alimentos - como exemplo as conchas de mariscos – ferramentas rústicas e ossos humanos, com mais de seis mil anos de idade.

Seqüencialmente, os habitantes que passaram a ocupar a posteriori o lugar foram os índios Carijó do grupo Tupi-guarani, que tinham a pesca como fonte de sobrevivência.

No século XVI os primeiros desbravadores portugueses aportaram em Guaraqueçaba, provenientes da Vila de São Vicente, Iguape, Cananéia e Ilha do Cardoso entre outros lugares, triunfando sobre as características hostis da região, o que inclui vencer as doenças tropicais, os ataques de animais e as lutas contra os índios Carijó.

Assim foram sucedendo outros fatos históricos da ocupação local: em 1545 o navio da expedição do espanhol Dom Diego de Senabria naufragou nas costas da Península de Superagüi, no qual trazia o viajante e etnógrafo alemão Hans Staden, que desenhou o primeiro mapa da baía de Paranaguá; ainda conforme BEHR (1997) “a primeira sesmaria do litoral paranaense foi doada em 1614 a Diogo de Unhate” cuja denominação era Paranaguá, e situava entre as barras do Ararapira e do Superagüi, onde surgiu em 1767 o povoado de Ararapira, importante entreposto comercial entre o século XIX e início de XX; o descobrimento entre 1630 e 1640 de uma rica mina de ouro nas encostas de Serra Negra, pelo fundador da capitania de Paranaguá Gabriel de Lara, que atraiu grande número de mineradores e aventureiros; a fundação da sede do município de Guaraqueçaba se deu com a construção da igreja de Bom Jesus dos Perdões em 1838, de freguesia em 1852 tomou-se município somente em 1880; o estabelecimento em 1852 na Ilha de Superagüi, do cônsul suíço Perret Gentil, formando uma das primeiras colônias européias no Paraná, onde o grupo reunia suíços, franceses, alemães e italianos.

O apogeu de Guaraqueçaba se deu também no final do século XIX e começo de XX, pois apresentava características das grandes cidades da época como o telégrafo – no período monárquico, a circulação de dois jornais locais “O Paraná” (1900) e “A Reação” (1917), e o funcionamento de três clubes sociais.

A abertura do Canal do Varadouro, em 1957, cujo objetivo principal era interligar por via fluvial a Baía de Paranaguá a Baía de Trapandé, em Cananéia, transportava passageiros e cargas por barco, entre Paranaguá e Iguape. Funcionou até na década de 80, quando em 1986 o sistema de transporte no

Varadouro foi suspenso por inviabilidade econômica, sendo considerado o final do apogeu de Guaraqueçaba

Com a criação do porto em Paranaguá, aliada ao desenvolvimento das cidades de Antonina, Morretes e Guaratuba, que vinham sendo ligadas a Capital por rodovias e ferrovias, o município de Guaraqueçaba entrou em declínio; porém tentou-se restabelecer economicamente em 1970 com construção da Rodovia Estadual PR - 404 (Antonina-Guaraqueçaba), havendo 10 km asfaltados e 80 km de terra batida, mas suas características naturais (relevo, solo, e vegetação) inviabilizaram todos projetos de desenvolvimento.

3.2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Com advento das leis ambientais, iniciado com a promulgação do Código Florestal (Lei Federal nº 4771/65), a sociedade brasileira demonstrava-se madura e preocupada com a preservação ambiental; buscava-se então meios legais para desacelerar principalmente a devastação das florestas e preservar os últimos remanescentes existentes.

O município de Guaraqueçaba possui um dos mais preservados remanescentes de Floresta Atlântica Típica (Floresta Ombrófila Densa), onde esta abrange diversos ecossistemas naturais como os mangues, as restingas, as florestas de terras baixas, montana, submontana, altomontana, os campos de altitude, entre outros.

A garantia da integridade destes ambientes se deve aos vários instrumentos legais utilizados, principalmente pelo Poder Público Estadual e

Federal, para preservar a fauna e flora regional, como demonstrado na tabela 1. Isto faz o município de Guaraqueçaba encabeçar a lista dos municípios paranaenses com maior diversidade ecológica e ambiental.

Quadro 1: Áreas protegidas no município de Guaraqueçaba.

CRIAÇÃO/ANO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL
1982	Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Dec. Fed. n° 87.222/82
1985	Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (Federal)	Dec. Fed. n° 90.883/85
1985	Área de Relevante Interesse Ecológico as Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho	Dec.Fed. n° 91.888/85
1986	Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ampliação)	Dec. Fed. n° 93.053/86
1986	Tombamento da Serra do Mar (Estadual)	Edital DOE n° 2.290/86
1989	Parque Nacional do Superagüi	Dec. Fed. n° 97.688/89
1992	Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (Estadual)	Dec. Est. n° 1.228/92
1993	Reserva da Biosfera (UNESCO)	Certificação em 15/02/93
1993	Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Morato	-
1997	Parque Nacional do Superagüi (ampliação)	Lei Fed. n° 9.573/97
1999	Reserva Particular do Patrimônio Natural do Sebuí	Portaria n° 097-N/99 IBAMA

Tratando-se do Parque Nacional (PARNA) do Superagüi, criado em abril de 1989 através do Decreto Federal n° 97.688/89, inicialmente com a área de 21.400 hectares; esta Unidade de Conservação teve sua área ampliada pela Lei Federal n° 9.573, de 20 de novembro de 1997, para 34.254 hectares.

Antes o PARNA de Superagüi era somente formado pela Ilha das Peças e parte da Ilha do Superagüi, mas com as mudanças estenderam-se os limites para partes da Área de Proteção Ambiental (APA) e da Área de Relevante Interesse

Ecológico (ARIE), contemplando também proteção ao continente. Atualmente o PARNA é composto pelas Ilhas das Peças, Superagüi, Pinheiro e Pinheirinho, onde ainda incluem as comunidades tradicionais como Vila Fátima, Rio dos Patos, Barbados, Canudal, Ararapira e Barra do Ararapira (SPVS, 1999).

São várias as áreas no entorno do PARNA de Superagüi que possuem atrativos turísticos, porém neste trabalho optou-se em abordar especificamente a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Sebuí e a cidade de Guaraqueçaba.

3.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

Uma das peculiaridades da região é a sua vegetação, pois está abrangida pelo bioma Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) que apresenta a maior diversidade biológica entre as florestas tropicas.

A característica ecológica principal dessa formação florestal reside nos ambientes ombrófilos que marcam muito bem a “região florística florestal” (VELOSO *et al*, 1991), ou seja, a fisiografia tem grande importância na distribuição da vegetação, modificando-se localmente as relações de temperatura e umidade. Deve-se considerar ainda, os solos muito diferentes, os quais na Floresta Ombrófila Densa originam-se das rochas cristalinas (ex: granito, gneiss), e mais férteis intrinsecamente (RIZZINI, 1997).

Os estudos fitogeográficos brasileiros realizados pelo Projeto RADAMBRASIL nas décadas de 70 e 80, resultaram na classificação de diferentes fisionomias de acordo com as variações ecotípicas das faixas altimétricas

regionais, portanto o bioma Floresta Ombrófila Densa assim é subdividido, conforme VELOSO *et al* (1991):

- **Formação Aluvial** – não varia topograficamente e apresenta sempre ambientes repetitivos, dentro dos terraços aluviais dos flúvios.
- **Formação de Terras Baixas** – situada entre os 4° de latitude N e os 16° de latitude S, a partir dos 5 m até os 100 m acima do mar; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 5 m até 50 m; de 24° de latitude S a 32° de latitude S de 5 m até 30 m.
- **Formação Submontana** – situada nas encostas dos planaltos e/ou serras entre os 4° de latitude N e os 16° de latitude S a partir dos 100 m até 600 m; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 50 m até 500 m; de 24° de latitude S a 32° de latitude S de 30 m até 400 m.
- **Formação Montana** – situada no alto dos planaltos e/ou serras entre os 4° de latitude N e os 16° de latitude S a partir dos 600 m até 2000 m; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 500 m até 1500 m; de 24° de latitude S até 32° de latitude S de 400 m até 1000 m.
- **Formação Alto-Montana** – situada acima dos limites estabelecidos para formação Montana.

Cabe então dizer, que as altitudes no PARNA do Superagüi alcançam até 500 m a.n.m., porém nas áreas de entorno as cotas altimétricas podem ultrapassar este limite, portanto a vegetação predominante regional constitui-se basicamente das Formações Pioneiras, que segundo URURAHY *et al*, citado por RODERJAN e KUNIYOSHI (1988, p. 06), são “ambientes revestidos por

vegetação de primeira ocupação, que se instala sobre áreas pedologicamente instáveis devido a constantes deposições sedimentares ao longo do litoral, nas margens dos cursos d'água e ao redor de pântanos, lagunas e lagoas.”

As Formações Pioneiras estão subdivididas em:

- **Formações Pioneiras de Influência Marinha** (restingas);
- **Formações Pioneiras de Influência Flúvio-Marinha** (mangues);
- **Formações Pioneiras de Influência Fluvial** (caxetais e brejos).

Assim, a característica ombrotérmica da Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) está associada aos fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25° C), e de alta precipitação, distribuída durante o ano todo (somente de 0 a 60 dias secos), determinando uma situação bioecológica praticamente sem período seco (SPVS, 1999).

Estas características climáticas unidas a geomorfologia regional também formam um vasto sistema hidrográfico, com vários cursos d'água perenes cujas nascentes estão distribuídas nas encostas da serra e próximas aos topos, sob a forma de riachos ou córregos.

A perenidade desses córregos está vinculada a vários fatores de ordem física, tais como a elevada pluviosidade regional, boa distribuição das chuvas anuais, condensação da umidade atmosférica que se infiltra no solo, e densas neblinas que cobrem freqüentemente as regiões altimétricas superiores (IPARDES, 1995).

Entre os mais representativos estão os Rios Paciência, do Meio, do Tio Antônio, Real, do Pinto, do Varadouro, e da Lagoa, situados na Ilha do Superagüi;

Sebuí, Birigui, dos Patos, situados no continente.

A Floresta Ombrófila Densa sendo uma das regiões mais endêmicas do mundo, apresenta em um só hectare 476 espécies de vegetais distintas, portanto abriga uma fauna rica.

No PARNA do Superagüi há uma grande diversidade de espécies de animais, entre elas algumas encontram-se ameaçadas de extinção como a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o curió (*Oryzoborus angolensis*), o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), o jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), o bugio (*Alouatta fusca*), e o endêmico mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus chrysopygus caissara*), cujo área de ocorrência está protegida devido a ampliação do PARNA.

3.4 ASPECTOS SÓCIO – ECONÔMICOS

As informações a respeito das atividades econômicas são baseadas nos trabalhos de pesquisa de algumas instituições reconhecidas no âmbito das questões ambientais paranaenses e, ainda oportunamente observadas *in loco*.

Formadas por descendentes de índios e portugueses e, de séculos mais recentes por algumas etnias européias, as comunidades do complexo do Parque Nacional do Superagüi, caracterizam-se pelas raízes históricas marcantes para a própria história paranaense.

Da herança indígena, costumes são estudados a partir dos sambaquis da região. Estes “morros artificiais” são os primeiros testemunhos que se tem da utilização pelo homem dos recursos naturais da região. e que revelam o tipo de

alimentação das populações que os construíram, essencialmente baseada na coleta de moluscos.

“Os povos que edificaram os sambaquis, tinham uma cultura diferente dos índios Carijó e segundo especialistas não se sabe com certeza, por falta de dados morfológicos, devido a má preservação dos esqueletos, se os construtores dos sambaquis foram desaparecendo naturalmente surgindo os Carijó após um longo período de tempo ou se foram expulsos pelos índios Carijó” (Miguel Fernando von Behr, 1991).

Esses índios, do grupo Tupi-guarani tinham na pesca uma das fontes de sobrevivência. Muitas tecnologias indígenas foram incorporadas pelas comunidades da região do PARNA, como os pequenos agricultores e os pescadores artesanais, algumas permanecem até a atualidade, e foram transmitidas de geração para geração.

Conhecido por ainda preservar aspectos de natureza “quase intocada”, o PARNA do Superagui é considerado um dos cinco ecossistemas costeiros mais notáveis do planeta, com suas praias entre as últimas preservadas com características originais. Esta realidade até poética, infelizmente limita as possibilidades ditas de desenvolvimento das comunidades locais. A falta de oferta de trabalho, as poucas categorias de atividades possíveis pela região se traduzem em contradições explícitas, observadas no dia-a-dia das comunidades, que de um lado reconhecem a importância do ecossistema e de outro ficam na expectativa de alternativas de renda, que lhes viabilizem maior acesso e poder aquisitivo para os itens de conforto e comodidade que moradores de outras localidades, com

realidade diferente, usufruem. A energia elétrica, por exemplo só foi instalada em Guaraqueçaba em 1980, que antes era movida a gerador.

A pesca artesanal ainda é uma das principais atividades econômicas das comunidades do PARNA e, a partir desta atividade é que os demais segmentos: social e cultural são estruturados. O fato da pesca estar sofrendo um acelerado decréscimo, aliado à ausência e a impossibilidade de ocuparem-se com outras atividades, vem se traduzindo em um tempo de ociosidade para os membros da comunidade (Karam, 1995).

O desenvolvimento econômico das regiões das comunidades do PARNA se dá de forma mais significativa em Guaraqueçaba e seu auge ocorreu entre os meados do século XIX, quando a economia girava em torno da produção de banana, arroz, pescado e exploração de madeira.

Ainda nesta época estabeleciam-se pelo Brasil, colônias de imigrantes europeus e em 1852, foi estabelecida uma das primeiras do Paraná, composta por suíços, franceses, alemães e italianos. Fatores climáticos e de isolamento contribuíram para que a colônia não sobrevivesse até o século XX mas, fora as ruínas no meio da mata, restam desta descendência alguns pecadores de olhos azuis ou verdes e sobrenomes europeus.

Ao longo da história a pesca artesanal foi cedendo espaço à pesca com utilização de outros instrumentos, dentre eles, por exemplo, a tarrafinha, cujo uso garante a captura do camarão em qualquer situação mas põe em risco o equilíbrio ecológico.

A agricultura de subsistência praticada por comunidades pesqueiras (mandioca, arroz, banana, milho e feijão), diminui sensivelmente.

Esta diminuição causada por vários fatores como ocupações ilegais, grandes fazendas estabelecidas, entre outros, restringe os meios de sobrevivência dos moradores da região.

O extrativismo do palmito é uma atividade econômica importante para a região, seu beneficiamento é realizado por algumas indústrias no município de Guaraqueçaba. A coleta do palmito constitui em importante fonte de trabalho. Por outro lado esta atividade limita-se com as questões e a própria preservação ambiental.

Diante deste contexto uma das opções de trabalho e geração de renda está relacionada ao turismo, no entanto nem todas as localidades das comunidades do PARNA e entorno são privilegiadas por atrativos turísticos e/ou ecoturísticos mas, ainda assim as atividades artesanais são desenvolvidas e acabam por atender uma pequena parcela de necessidades.

Na verdade o que hoje define a economia das comunidades do PARNA é o conjunto de todas as atividades: pesca, agricultura, palmito, artesanato e, com grande potencial o ecoturismo. Este, por sua vez se bem estruturado vem atender não só à demanda da economia, mas, cultural, social e ambientalmente falando consiste no segmento que mais se adequa àquelas peculiaridades. Evidentemente que para obtenção de melhores resultados neste sentido implica em sua sistematização, bem como em promover ações que gerem o envolvimento e participação nos processos de construção de um sistema de gestão do ecoturismo para aquela região.

3.5 ATRATIVOS ECOTURÍSTICOS

Existem vários atrativos turísticos na região do PARNA do Superagüi, mas alguns se destacam pela suas características ambientais ou pela sua importância cultural, pois o ecoturismo quando bem estruturado é uma das opções para garantir o equilíbrio deste ecossistema.

Entre os principais estão:

3.5.1 Ilha Sambaqui

Sítio arqueológico formado por restos de alimentos (conchas de mariscos) deixados pelos primeiros habitantes de Guaraqueçaba, encontrando também ossadas e utensílios das tribos indígenas que ocuparam posteriormente a região.

Atingem vários metros de altura e centenas de metros de extensão, portanto apresentam formas irregulares. Está sob a vegetação florestal (mangue e/ou restinga), onde em alguns locais torna-se difícil observá-lo.

3.5.2 Praia Deserta – Ilha de Superagüi

Está entre as comunidades Vila de Superagüi e Barra do Ararapira, com uma extensão de aproximadamente 37 km e 50 m de largura de praia, com muita vegetação (restinga), areia e mar aberto. É uma das últimas praias no Brasil que tem suas características naturais conservadas.

Ali podem ser observados os bandos de aves migratórias e de aves regionais.

Constitui o principal atrativo turístico, propiciando longas caminhadas, banhos, e pesca artesanal com vara (SPVS, 1999).

3.5.3 Ruínas – Ilha de Superagüi

Tratam-se das ruínas da antiga fábrica de farinha, serraria, e olaria; indústrias que funcionavam no auge do desenvolvimento da ilha. Atualmente encontram-se abandonadas, algumas de difícil acesso.

Na Vila de Barbados encontram-se ruínas da casa do professor e pintor suíço William Michaud, um dos fundadores da Colônia de Superagüi.

FIGURA 1: Vista da Vila do Ararapira.



Foto: BEHR, 1998.

3.5.4 Vila de Ararapira – Ilha de Superagüi (figura 1)

Praticamente não existem moradores na vila, sendo a distância e a falta de infraestrutura os motivos principais que levaram os seus habitantes a abandonar o local.

Parte do litoral da vila está desmoronando, processo muito forte de erosão causado pelo canal do Ararapira.

3.5.5 Ilha do Pinheiro e do Pinheirinho (figura 2)

“Constituem a Unidade de Conservação denominada Área de Relevante Interesse Ecológico –ARIE, atualmente incorporada nos limites do PARNA do Superagüi. São ilhas pequenas, não habitadas, em estado selvagem, com beleza natural expressiva”.

“Sua vegetação é constituída de Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas e serve como dormitório do papagaio-chauá, ou de cara-roxa (*Amazona brasiliensis*). O desembarque nestas ilhas é proibido” (SPVS, 1999).

3.5.6 Aldeia Indígena – Ilha de Superagüi

A aldeia Guarani está situada no Morro das Pacas, próximo a comunidade da Barra de Superagüi.

O acesso se dá através do mar, após seguindo por uma trilha de aproximadamente um quilômetro, porém para visitaçao deve-se obter uma autorização prévia.

Os atrativos principais da aldeia são as peças de artesanatos e outros utensílios indígenas.

FIGURA 2: Ilha do Pinheiro vista da Ilha do Pinheirinho.



Foto: BEHR, 1998.

FIGURA 3: Vista aérea do canal do Varadouro, divisa entre os estados de São Paulo e Paraná.



Foto: BEHR, 1998.

3.5.7 Praia Ilha das Peças

Acesso pela comunidade da mesma denominação, tem aproximadamente 20 (vinte) quilômetros, onde a maior parte encontra-se deserta, portanto podem ser vistos os golfinhos à beira-mar e uma abundância de aves migratórias.

3.5.8 Canal do Varadouro (figura 3)

Construído no início do século passado, com objetivo de ligar a Baía de Paranaguá (Paraná) com a Baía de Cananéia (São Paulo).

Foi devido à abertura deste canal que um braço do continente se tomou ilha, ou seja, Ilha (artificial) de Superagüi.

FIGURA 4: Praça litorânea da cidade de Guaraqueçaba.



Foto: BEHR, 1998.

3.5.9 Cidade de Guaraqueçaba (figura 4)

Cidade histórica que mostra um pouco da colonização paranaense. Existem velhos casarões restaurados na orla da baía, como exemplos: o Mercado

Municipal (atualmente utilizado como restaurante), construção de 1925; o prédio da antiga prefeitura, de 1925; capela do Morro do Quintombê, de 1839; fonte histórica para fornecimento de água, de 1839. Há ainda o Morro do Quitombê, um mirante natural com belíssima visão da Baía das Laranjeiras e dos Pinheiros.

3.5.10 Golfinhos

Os golfinhos são espetáculos a parte, sempre vivendo em manadas alimentam-se de peixes e moluscos.

Com frequência acompanham embarcações chamando a atenção dos tripulantes e passageiros com seus saltos para fora d'água; gostam de ficar brincando nas ondas provocadas pelos barcos. Realizam grandes deslocamentos, principalmente ligados à disponibilidade de alimento (Ana Verônica Cimardi, 1996).

A espécie comum que vive na região é a *Delphinus delphis*, podendo ser vista próximo ao cais na cidade de Guaraqueçaba, na Baía dos Pinheiros e no Rio das Peças – Ilha das Peças.

3.5.11 Papagaio – Chauá (*Amazona brasiliensis*) (figura 5)

Conhecido também popularmente como papagaio-da-cara-roxa, a espécie encontra-se ameaçada de extinção devido à caça predatória.

A revoada do bando pode ser vista ao amanhecer e ao anoitecer, sendo que durante o dia busca a Ilha de Superagüi, a Ilha das Peças e o Continente para alimentar-se, e usa principalmente a Ilha do Pinheiro como dormitório.

FIGURA 5: Papagaio-chauá (*Amazona brasiliensis*)



Foto: BEHR, 1998.

FIGURA 6: – Mico-leão-da-cara-preta (*Leontopitecus crysopygus caissara*).

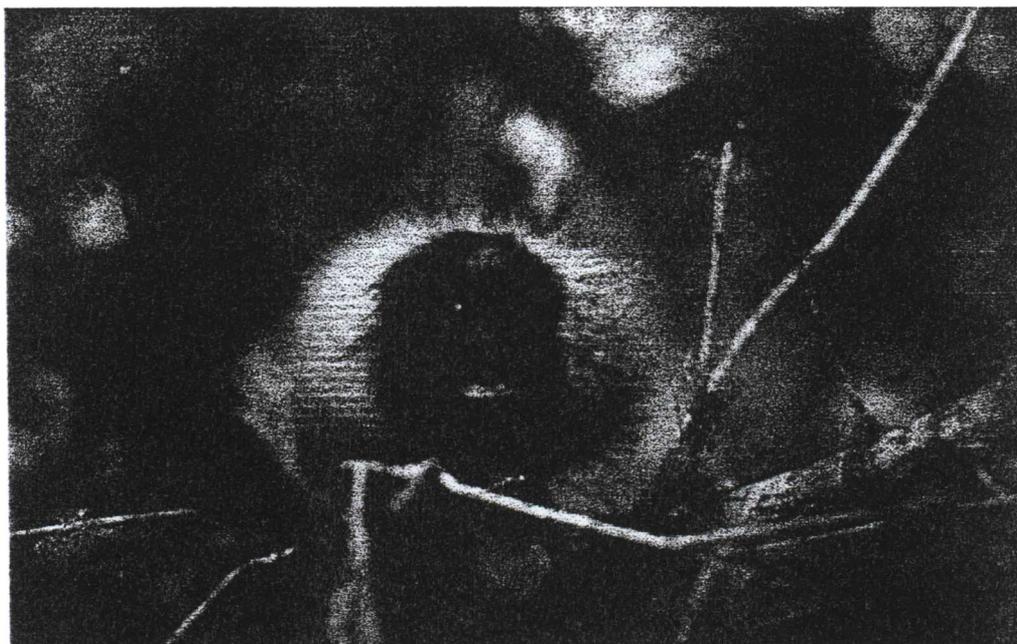


Foto: BEHR, 1998.

3.5.12 Reserva Particular do Patrimônio Natural do SEBUÍ

Com a área de aproximadamente 500 hectares, de propriedade da organização não-governamental Gaia Ecoturismo, a reserva localiza-se nas proximidades da comunidade do mesmo nome e nos arredores do Rio Sebuí.

Com fauna e flora exuberantes, as trilhas internas atravessam vários rios e riachos, que além da água límpida pode-se encontrar uma seqüência de cachoeiras.

As trilhas principais são a das Quatro Cachoeiras, do João, e do Rio Velho.

4 ECOTURISMO HISTÓRICO E QUESTÕES

O Ecoturismo tem suas origens nas expedições, peregrinações, caminhadas de longo curso em busca de algum conhecimento cultural e/ou social, trilhas sagradas, cultuadas no passado por antigas civilizações, perdidas ou derrotadas que despertam a imaginação das pessoas, porém da antigüidade aos meados do século XX ficava muito clara a busca de um conhecimento natural.

A natureza, o ar livre, principais atrativos do Ecoturismo, procurados significativamente no último século nos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite por exemplo, foram objetos das primeiras atividades ecoturísticas.

O Ecoturismo passou a se definir como atividade intimamente ligada à natureza, a maior procura por espaços naturais que gerou a classificação de turismo ecológico, característica do movimento conservacionista das décadas de 60 e 70.

Entretanto a dissociação entre natureza e sociedade prejudica a compreensão das atividades ecoturísticas passando a idéia de que se tratam apenas das que acontecem na natureza, e esta idéia causa problemas nas definições de estratégias e de desenvolvimento social.

As conseqüências deste pensamento vão além das questões etimológicas, pois não existe atividade humana na natureza que não seja social, qualquer atividade só é possível com interrelações de humanos.

A atividade humana requer um trabalho social e as próprias noções de espaços naturais são estritamente humanas. Não se está só na natureza, faz-se parte dela e as dicotomias devem ser superadas para que o ecoturismo tenha sentido nas teorias que o definem e nas suas práticas de atendimento aos princípios ecodesenvolvimentistas.

O Ecoturismo conquistou espaço por volta dos meados do século XX, quando por exemplo, a popularidade era maior para sáfaris fotográficos do que para os de caça propriamente ditos, apesar da onda de procura por parte dos caçadores aos cinco mamíferos mais populares (leão, zebra, elefante, kudu e rinocerante), onde habitats foram depredados (década de 70). Felizmente o quadro está mudando e, atualmente – exceto alguns absurdos, respeitados como peculiares e culturais de comunidades específicas – há maior disseminação sobre meio ambiente e suas questões, até porque a nível global, as pessoas e suas organizações encontraram no ecoturismo um potencial econômico.

O turismo convencional, por exemplo, é uma das maiores atividades econômicas do mundo e o ecoturismo adapta-se para este mercado com as perspectivas de que o retorno econômico viabilize a manutenção das áreas naturais para que estas continuem sendo grandes atrativos e de torná-las auto-sustentáveis.

No início da década de 90 no II Seminário de Turismo Ecológico, buscava-se discutir o significado do ecoturismo e identificá-lo, na intenção de conhecer a existência de experiências realizadas ou em andamento no cenário brasileiro. Sobretudo buscava desenvolver um processo de convencimento da sociedade para que ela pudesse compreender e posicionar-se em relação aos tipos de visitas

(turismos e seus impactos, de pessoas e grupos), classificados então como ecoturistas.

Naquele Seminário acerca das estratégias e perspectivas do ecoturismo foram definidas as intenções gerais que seguem:

“1) O não dito, a constituição de um nicho de mercado especializado no turismo, um certo ecoturismo que não estabelece grandes dimensões interpretativas e marca uma série de posicionamentos alinhados com a atividade turística.

2) A definição, ao mesmo tempo, da motivação do visitante com as áreas de execução da atividade, visando bloquear outras interpretações sobre o ecoturismo que não seja nos parâmetros do campo de produção simbólica do turismo.

Ao longo dos anos 90 estas discussões tomaram-se desinteressantes dando espaço a novos questionamentos de acordo com as novas demandas surgidas. No decorrer da história do ecoturismo, existiam e existem, três grandes interesses específicos e complementares: “1) possuía inserção no mercado pós-industrial com suas exigências de qualidade de total (QT) como indústria limpa; 2). possuía inserção no mercado pós-moderno da educação, utilização do viés da educação ambiental como mediador das atividades ecoturísticas; 3) possuía retorno monetário certo, sendo considerado o segmento que mais crescia no conjunto das atividades turísticas. Uma certeza: existia um nicho de mercado que precisava, podia e seria explorado pelo viés do apelo ao cuidado com a natureza. O ecoturismo nasce para os brasileiros por meio de um conjunto de grupos que dominam o campo de produção simbólica no ambientalista e no mercado turístico, que se identifica por atividades motivadas e/ou circunscritas em áreas naturais selvagens de destino”. Esta definição contradiz um princípio ambientalista: a

compreensão sobre meio ambiente de que ele não é um meio e sim um todo, sistematicamente constituído. Isto significa reforçar a separação de ambiente natural e ambiente social, que na realidade são e acontecem interrelacionados, assunto já trabalhado na primeira parte desta monografia.

A história do ecoturismo está sim vinculada a uma certa noção de turismo ao ar livre, e neste sentido é interpretado como um tipo de atividade de deslocamento para áreas naturais. Mas, atualmente o que tem marcado esta história é a crescente a conquista de mercado.

O ecoturismo vem sendo discutido no Brasil desde 1985, em 1987 criou-se a Comissão Técnica Nacional, mas só foi sistematizado historicamente, com a Política Nacional do Ecoturismo: trabalho elaborado pelo Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo (EMBRATUR) e pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais Renováveis e da Amazônia Legal (MMA), além de diversos outros órgãos públicos, iniciativa privada, ong's etc. cujas principais ações propostas são:

- Regulamentação do ecoturismo
- Fortalecimento e interação interinstitucional
- Formação e capacitação de recursos humanos
- Controle da qualidade do produto ecoturístico
- Gerenciamento de informações
- Incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo
- Implantação e adequação de infra-estrutura
- Conscientização e informação do turista
- Participação comunitária.

A partir destas propostas optou-se pela adoção de algumas medidas: “nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e servir como base para a implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo que assegure a comunidade melhores condições de vida e reais benefícios: ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais; a nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos; ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras” (Brasil, 1994).

As atividades ecoturísticas têm, na sua prática, buscado contemplar os ideais destas ações e medidas com vistas a cumprir a Política Nacional, adaptadas às respectivas peculiaridades das regiões e sistemas trabalhados, na expectativa de crescimento no mercado nacional como tem acontecido a nível internacional.

De acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (World Tourism Organization – WTO, 1992) em 1989 o “turismo de natureza” gerou aproximadamente 7% de todos os gastos com viagens internacionais. As áreas naturais, sobretudo as legalmente instituídas constituem grandes atrações para os turistas.

Nesse sentido é importante a afinidade entre as duas concepções – turismo ao ar livre ou turismo responsável e potencial econômico para que se caminhe em busca de novas concepções do ecoturismo enquanto postura ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural. Esta busca pode ser verificada, por exemplo, pela definição proposta pela The Ecotourism Society em seu livro: Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão: “Ecoturismo é uma viagem

responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local”.

As áreas naturais citadas neste conceito podem pertencer a diferentes categorias de classificação as conhecidas áreas protegidas, a legislação brasileira estabelece modelos de áreas classificadas por critérios como condições naturais, ambientais e históricas que implicam em proteção especial. As principais são:

- a) Áreas de proteção ambiental – “dotadas de características biológicas, ecológicas, e paisagísticas que exigem proteção especial, com restrições de ocupação e uso. (Código Florestal - Lei Federal nº 4771 de 15/09/65) – abrangem genericamente as Florestas e demais formas de vegetação natural”, incluindo-se aí as margens dos cursos d’água, as nascentes (mananciais), montanhas e serras, restingas, chapadas, dunas, mangues e todas as encostas com declividade superior a 100% ou 45 graus. Pela Lei Federal nº 6938/81 as áreas de preservação permanente passaram a se chamar “Reservas Biológicas ou Estações Ecológicas”.
- b) Unidade de Conservação – “espaço territorial, incluindo as águas jurisdicionais e seus componentes, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos e com regimes específicos de manejo e administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Instituto Ambiental do Paraná, 2000).

Os aspectos legais das U.C.s são definidos com base em duas correntes: a preservacionista – cujo objetivo é proteger na natureza contra o desenvolvimento industrial e moderno e; a conservacionista – que admite a utilização racional dos

recursos naturais, considerando a relação da U.C. com a sociedade em que se insere e seu modelo de desenvolvimento.

O ecoturismo como qualquer atividade antrópica causa impactos sócio-ambientais entre outros embora tenha como princípio a minimização destes enquanto segmento do turismo convencional.

Segundo Sérgio Salazar (2000) considera-se "impacto": como qualquer alteração das Propriedades Físicas, Químicas e Biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrentes das atividades antrópicas (humanas), que direta ou indiretamente prejudiciais: à saúde, à segurança, e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas , a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais.

Quadro 2 – Benefícios e impactos do ecoturismo.

Âmbitos	Benefícios	Impactos
Sócio –culturais	Preservação de valores culturais, educação ambiental, desenvolvimento ou melhoria da infra-estrutura (saúde, educação, transporte, comunicação, coleta e tratamento de lixo etc. Estímulo ao artesanato local e às manifestações culturais tradicionais.	Aculturação da população local; perda de valores culturais tradicionais; conflitos entre usuários da comunidade e visitantes.
Econômicos	Criação de empregos diretos e indiretos; melhor distribuição de renda.	Elevada rentabilidade pode atrair investidores estrangeiros – ganhos não permanecem na região e elevação do custo de vida na região; sobrevalorização de terras e imóveis; pressão para a super-exploração de áreas turísticas.
Sobre o meio ambiente	Melhor aproveitamento de áreas com fraca aptidão para outros usos; manutenção da paisagem; controle da poluição;	Degradação de áreas de elevado valor ecológico e paisagístico; descaracterização da paisagem; poluição da água, do solo, sonora e do ar.
Sobre a vida silvestre	Incentivo sobre a conservação de áreas naturais; conscientização sobre o equilíbrio do meio ambiente.	Alterações na reprodução, comportamento e hábitos alimentares da biota; coleta e comércio ilegal de espécies silvestres; erosão e desmatamento em trilhas; estradas inadequadas; meios de transporte poluentes.

Panizzi & Caetano, 2001

5 PLANEJAMENTO E ECOTURISMO

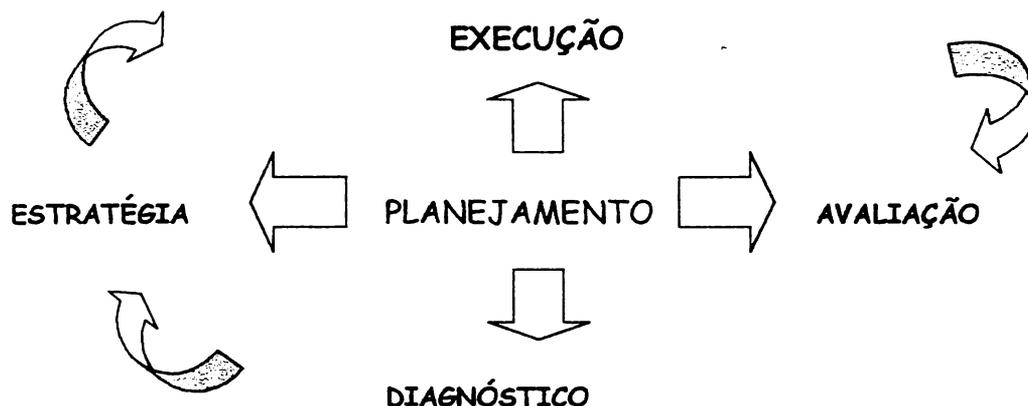
Planejamento é a base para qualquer ação humana, planeja-se profissão a seguir, planeja-se férias, enfim até a rotina que embora aconteça como que automaticamente requer planejamentos.

A reflexão sobre planejamento e ecoturismo implica em se entender o planejamento como processo que consiste em se preparar um conjunto de decisões tendo em vista agir, posteriormente para atingir determinados objetivos, diferente de plano, que pode ser entendido nesta proposta como documento elaborado, por exemplo: se uma das ações previstas no projeto à frente, fosse executar obras de recuperação de uma determinada estrutura do parque, então tratar-se-ia de um “plano de recuperação daquela área”.

Tendo esclarecido esta diferença, passa-se então a trabalhar com esta perspectiva de processo o que supõe: começo, meio e fim, e, neste sentido buscar a reorientação para o planejamento voltado ao ecoturismo.

Planejamento pode ser definido como o processo de estabelecimento de meios para atingir objetivos.

Figura 7 – Ecoturismo e planejamento social.



UFLA/FAEPE, 2000

O primeiro momento de um planejamento é o diagnóstico e como subprocesso, trabalhadas suas etapas, consiste na base de sustentação de todo o Planejamento.

Na primeira etapa do diagnóstico da realidade deve-se estabelecer os objetivos que podem ser entendidos como necessidades a serem atendidas ou problemas a serem resolvidos. Ao se buscar os objetivos algumas questões surgem como por exemplo quanto: às causas dos problemas? De quem são as necessidades? Que é prioridade? Entre outras. Tais questões levam à definição de público-alvo e abrangência do diagnóstico e, conseqüentemente do Planejamento. Nesta etapa são elencadas as informações mais importantes que indicam que “caminho a seguir”.

O segundo momento do diagnóstico refere-se a como “seguir o caminho”, ou seja, a identificação dos meios para atingir os objetivos. Aqui também algumas

questões devem ser formuladas: se são meios favoráveis? Quais os meios mais adequados? Como avaliar a adequação dos meios?

O último momento do diagnóstico é sobre as condições para se realizar a ação: suas causas, como contorná-las ou eliminá-las.

O diagnóstico que também pode ser denominado de contextualização traz a realidade do objeto com o qual se propõe a trabalhar, suas peculiaridades e, ainda para o planejamento apresenta o perfil sócio-econômico, ambiental e cultural do público-alvo.

Contextualizar significa focar a realidade a partir de diferentes níveis de análise, os quais Gomes & Alencar denominam de “micro”, “meso” e “macro” ambientes.

Estas subdivisões do conceito acima referem-se à proximidade do objeto, ou seja, o “mundo” a ser analisado, próximo, relativamente próximo, distante, respectivamente.

Tendo sido realizado o diagnóstico com apoio de outros instrumentos de pesquisa social além dos formulários sugeridos. O próximo passo é organizar os dados e informações obtidas, de forma que sejam detectados aspectos comuns destas informações, identificadas demandas prioritárias, entre outras. Com base nestas demandas é possível definir a parte conteudista do planejamento, ou seja, a definição do que trabalhar, os assuntos, temas, objetivos e, com quem trabalhar. Nesse momento é importante visualizar as prioridades e ter o dissemimento de entender que para cada uma delas decorre uma série de ações e, ainda que estas devem condizer com os objetivos, realidade e estrutura do projeto. Os outros

momentos do planejamento, a nível apropriado, podem ser trabalhados um a um, tomando como base estes itens: objetivos, meios e condições

A segunda fase, portanto, que pode ser entendida como o “estabelecimento de ações para a satisfação de necessidades e/ou solução de problemas (escolha dos meios apropriados para a consecução dos objetivos incluindo orçamento e fontes de recursos financeiros)”. (Alencar & Gomes, 2000).

Este subprocesso do planejamento está relacionado com as respostas das questões formuladas desde o diagnóstico e das novas que certamente surgirão durante todo o processo de planejamento.

“A implementação das estratégias planejadas denomina-se execução” (Alencar & Gomes, 2000). O subprocesso execução também requer algumas questões que referem-se aos objetivos estabelecidos, aos meios selecionados e às condições. Estas questões procuram corrigir rumos e/ou contornar obstáculos que darão suporte ao subprocesso acompanhamento e avaliação, onde ações de monitoramento subsidiarão analisar e avaliar todos os procedimentos e resultados do processo de Planejamento.

As informações acima podem subsidiar o planejamento ambiental e mais especificamente o planejamento ecoturístico. Há que se considerar, no entanto que não se tem uma definição muito precisa de planejamento ambiental, que acontece muitas vezes como resultado da integração de outros tipos de planejamento (territorial, urbano, institucional), porém com uma maior conotação ambiental.

Um dos principais itens a ser considerado no planejamento ecoturístico refere-se aos impactos, para facilitar a análise destes segue lista de indicadores

de impactos ecológicos e recreativos, propostos por GRAEFE & VASKE
(Directrices en el impacto Del visitante, 1990):

Impactos Físicos

- Densidade do solo;
- PH
- Erosão visível
- Produtividade do solo
- Drenagem do solo
- Química do solo
- Taxa de infiltração
- Área de solo exposto.

Impactos Biológicos

- Diversidade das plantas
- Abundância de espécies
- Proporção entre sp. exóticas e introduzidas
- Raízes expostas
- Ausência de vegetação
- Altura das plantas
- Vigor das espécies
- Árvores danificadas
- Nível de regeneração
- Frequência de espécies

Impactos Sociais

- Satisfação do visitante

- Percepção do visitante em relação à quantidade de pessoas
- Percepção do visitante em relação ao impacto
- Número de encontros com outros visitantes/dia
- Número de encontros com outros/dia
- Número de encontros por tipo de atividade
- Número de reclamações do visitante

Várias são as possibilidades, técnicas e orientações para se trabalhar planejamento e ecoturismo, porém nesta monografia faz-se presente a intenção de sugerir alguns aspectos a serem considerados em planejamento para o desenvolvimento do ecoturismo.

Busca-se propor a adoção de algumas ferramentas para melhor sistematizar e organizar as atividades de planejamento. O ciclo PDCA, por exemplo, ferramenta da qualidade que consiste num sistema onde o movimento contínuo é cíclico, se define por *Plan* (planejar), *Do* (fazer), *Check* (checar, verificar, avaliar) e *Action* (agir) é retroalimentado constantemente.

Outras mais simples como a utilização de formulários específicos que subsidiam a criação de um banco de dados passível de adequação, atualização e até mesmo de total reformulação.

Seguem alguns modelos sugeridos:

Figura 8:

1 - Formulário geral de subsídio ao planejamento _____ Nº _____ / _____.

1- Nome:	2- Categoria:
3- Localização	
4- Acesso:	
5- Infra-estrutura do município sede . <input type="checkbox"/> agência bancária__ <input type="checkbox"/> hospital__ <input type="checkbox"/> posto policial__ <input type="checkbox"/> agência de correios <input type="checkbox"/> posto telefônico__ <input type="checkbox"/> posto de saúde __ <input type="checkbox"/> escolas __municipais __estaduais <input type="checkbox"/> secretaria de meio ambiente <input type="checkbox"/> secretaria de turismo <input type="checkbox"/> museu <input type="checkbox"/> serviços de transporte __ <input type="checkbox"/> restaurantes__ <input type="checkbox"/> posto de abastecimento combustível__ <input type="checkbox"/> porto __ <input type="checkbox"/> heliporto__ <input type="checkbox"/> aeroporto __ <input type="checkbox"/> mercados__ <input type="checkbox"/> farmácia__ <input type="checkbox"/> bombeiro__ (....)outros:_____	
6- Programa ou subprograma:	
7- Objetivo da proposta	
8- Objeto da proposta	
9- Ações previstas	
10- Parcerias	
11- Cronograma:	
12- Público-alvo:	
13 – Principais atrativos	
14- Principais formas de utilização	
a) benefícios	b) impactos

15- Projetos, programas, campanhas e outras ações existentes relacionadas ao objeto desta proposta.			
Nome do projeto, responsabilidade, parcerias e abrangência	Resumo da proposta e situação	Nome do projeto, responsabilidade, parcerias e abrangência	Resumo da proposta e situação
a)	a)	b)	b)
c)	c)	d)	d)
e)	e)	f)	f)
g)	g)	h)	h)
16) Conotação dos projetos e programas de marketing existentes:			
17) Necessidades, da localidade e entorno, não atendidas com relação: a) infra-estrutura; b) recursos; c) âmbito social d) caráter ecológico; d) outras.			
18) Observações gerais:			
19- Informações obtidas no período de:			
20- Instrumentos de pesquisa utilizados:			
21- Colaboraram para o levantamento destas informações:			
22- As informações deste subsidiarão o(s) projeto(s):			
23- Responsabilidade técnica/coordenação:		24- responsabilidade técnica/execução:	
25- local, data, assinatura:			

A proposta acima consiste basicamente em se criar um banco de dados gerais, em caráter de "ficha cadastral", por exemplo, que subsidie diversas propostas de projetos, programas e subprogramas.

Informações mais específicas podem ser relacionadas através de outros modelos de formulários, ou ainda por outra forma de levantamento e sistematização das mesmas.

Figura 9:

2 - Formulário de Diagnóstico Geral

1- Nome da localidade;	2- Região-
3- Área total:	4- População:
5- Principais vias de acesso (rodovias)	6- Outros meios de transportes utilizados:
7- Principais atividades econômicas desenvolvidas:	8- Público-alvo: a) Poder aquisitivo: b) Escolaridade: c) Profissões: d) Média de faixa etária: e) Aspectos religiosos: f) Categorias de moradias g) Cultura e lazer
9- Escolas; a) Municipais b) Estaduais c) Particulares d) Especiais. e) Calendário escolar adaptado()sim () não	10- sociedade civil organizada: a) Associações comunitárias b) Grupos de serviços c) Ong's ambientalistas d) Sindicatos e outras
11- Projetos e programas de educação ambiental a) Formal: b) Não-formal c) Informal	12- abrangência, responsabilidade e situação (Educ. Amb.)
13- Projetos e programas de ECOTURISMO	14—Abrangência, responsabilidades e situação.

15- Atrativos:	
a) patrimônio histórico-cultural(museus, centros culturais etc)	
b) praias	
c) montanhas	
d) parques	
e) bosques	
f) recantos	
g) zoológico	
h) cavernas	
i) outros	
16- Órgãos e instituições presentes na região, especialmente os ambientais:	17- Características da gestão ambiental da região:
18- Datas e eventos especiais da região	
19- Características climáticas	20- características gerais de solo:
21- Vegetação	22- Fauna
23- Recursos hídricos	24- Recursos minerais
25- Observações:	Local, data, assinatura:

Figura 10:

3 - Formulário Potencial Ecoturístico

1- Nome do objeto ecoturístico	2- localidade:
3- Categoria de Unidade de Conservação em que se enquadra:	4- legislação específica que regulamenta esta região;
5- Relação de atrativos ecoturísticos:	
6- Principais atividades desenvolvidas:	
7- Benefícios	8- Impactos
9- Principais dificuldades no desenvolvimento do Ecoturismo nesta região:	10- Sugestões para sanar dificuldades:
11- Fluxo de visitantes a) semanal b) mensal c) semestral d) anual e) outro	12- Eventos de maior destaque para o desenvolvimento das ações ecoturísticas.
13- Capacidade de suporte	
14- Principais roteiros utilizados	
15- Informações gerais sobre o desenvolvimento do Ecoturismo na região:	
16- Local, data, assinatura.	

Figura 11:

4 - Formulário Monitoramento e Avaliação

1-Título:	2- Categoria:
3- Responsabilidade técnica/coordenação	4-Responsabilidade técnica/execução:
5-Período de execução:	6- Quantidade de módulos previstos.:
7- Módulos executados	
8- Situação atual do projeto:	
9- Objetivos definidos na proposta:	10- Objetivos atingidos:
11- Aspectos que dificultaram a execução da proposta:	12-Aspectos facilitadores da execução da proposta:
13- Receptividade, envolvimento, parceria e participação efetiva por parte do público-alvo:	14-Contribuição para os processos de gestão ambiental da localidade e objeto do trabalho em questão:
16- Aspectos a serem considerados nas próximas experiências:	17- Infra-estrutura e recursos para realização da proposta: a) suficientes b) insuficientes c) bons d) péssimos e) regulares f) ótimos g) satisfatórios
18- procedimentos que devem ser excluídos	19- Procedimentos que devem ser retomados:
20-Resultados e discussões sobre a realização desta proposta:	
Local, data, assinatura:	

Na implementação destas “sugestões” é interessante que se adote o caráter piloto que prevê a flexibilidade e ajustes dos procedimentos para melhoria contínua dos processos envolvidos na proposta, na consideração da singularidade das localidades em que venham a ser trabalhadas.

6 PROPOSTA DE PROJETO DE PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO PARA O PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI.

6.1 APRESENTAÇÃO

A degradação ambiental com efeito, é globalizada e, os habitantes do planeta Terra têm buscado “saídas” para os principais problemas ambientais que os atingem mais diretamente, poluição do ar, poluição visual, poluição sonora, estão presentes no dia-a-dia dos grandes centros urbanos. Para sair deste tipo de situação a prática do Ecoturismo, embora nem sempre sistematizada, tem se refletido como crescente nos últimos tempos, e as localidades mais freqüentadas são as que oferecem além do ambiente “natural” propriamente dito, condições e infra estrutura adequada para pesquisa, lazer e outros.

O Parque Nacional de Superagüi apresenta as principais características procuradas pelos ditos ecoturistas, no entanto há condições de melhorar sua estrutura para que seja possível não somente atender à demanda mas, sim , viabilizar a promoção de ações de acordo com o desenvolvimento sustentável da região e, isso significa portanto, partir desde a melhoria das condições de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da população de entorno, com vistas a instrumentalizá-la com processos de gestão democrática em prol da melhoria ambiental da região em questão e, conseqüente melhoria da qualidade de vida das pessoas que compõem esta população.

De acordo com esta perspectiva, trabalha-se nesta proposta de Projeto com itens de planejamento voltado ao ecoturismo e, especialmente passíveis de aplicação no Parque Nacional do Superagüi, a partir de sugestões de ações e atividades na busca de contemplar o atendimento das necessidades afins diagnosticadas.

6.2 OBJETIVOS

6.2.1 Objetivo geral

Desenvolver projeto de planejamento ecoturístico para o PARNA de Superagüi e entorno com vistas a subsidiar a melhoria da qualidade de gestão da U.C. em questão.

6.2.2 Objetivos específicos

- Realizar levantamento de dados e informações necessárias à elaboração de diagnóstico da realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da localidade e comunidade de entorno.
- Eleger métodos, técnicas e critérios de planejamento aplicado ao ecoturismo possíveis de serem adotados.
- Propor programa de capacitação e treinamento.
- Elaborar plano de ação e proposta de interação, participação e integração da comunidade em processos com caráter de gestão democrática.

- Subsidiar tecnicamente profissionais da área de Ecoturismo em especial da área de Ecoturismo em especial os que atuam em Unidades de Conservação

6.3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A presente proposta desenvolver-se-á através da realização de ações e atividades distribuídas em seus módulos de execução, a saber:

- Módulo 1 – Neste módulo acontecem as ações referentes à elaboração do diagnóstico sócio-ambiental, realizadas com apoio de diferentes técnicas de pesquisa social.
- Módulo 2 - Entendido como módulo preparatório, são pertinentes as ações de:
 - a) Criação/elaboração de material de apoio;
 - b) Treinamento/capacitação de profissionais e monitores na perspectiva de formação de agentes multiplicadores;
 - c) Estabelecimento de parcerias interinstitucionais
 - d) Envolvimento do público-alvo – especialmente comunidade de entorno do PARNA do Superagüi - participação efetiva de acordo com princípios de gestão democrática.

- Módulo 3 – Ações
 - a) Promoção de ações conjuntas com as parcerias, especialmente com agências de ecoturismo e instituições afins, para o fomento das discussões sobre desenvolvimento econômico e meio ambiente.
 - b) Ciclo de palestras, seminário técnico e evento sócio-cultural, com ênfase ao desenvolvimento do ecoturismo da região, de cunho educativo - informativo.
 - c) Oficinas de ecoturismo com diferentes categorias de público-alvo.
 - d) Criação de subprograma de geração de emprego: “amigo do Parque”, subprograma “ecofeira” – artesanato

- Módulo 4 - Monitoramento e avaliação – a proposta deste projeto prevê monitoramento e avaliação contínua, buscando melhoria e realimentação dos subprogramas, com vistas a tomar as ações, cujo embasamento se dá nos princípios do desenvolvimento sustentável, uma prática viável de acordo com a realidade do público-alvo envolvido.

6.4 INFRA-ESTRUTURA

Equipamentos e materiais

- a) Equipamento de informática completo, interligado(quando possível)
- b) Linha telefônica;
- c) Espaço físico adaptado para três situações, sendo: 1) secretaria executiva do projeto; 2) sala de reuniões e/ou de elaboração/criação de material de apoio e, 3) sala de treinamento e capacitação;

- d) Material de expediente e de uso didático-pedagógico;
- e) Material de pesquisa técnica e laboratorial.

Serviços de terceiros:

- Registro fotográfico, revelação, ampliação de fotos;
- Confecção/edição de material gráfico de apoio;
- Registro de imagens - filmagem e edição;
- Mapeamento e geoprocessamento;
- Apoio logístico e administrativo.

Consultoria técnica:

- Palestrantes e docentes para ações previstas neste sentido;
- Convidados para eventos específicos.

Recursos Humanos efetivos do Projeto:

- Profissionais das áreas de: Turismo, Ciências Biológicas, Educação, Administração, Direito, Comércio e Engenharia Florestal;
- Profissionais com formação em diferentes áreas para atuarem como monitores, agentes multiplicadores, administrativos e atendentes.

Despesas

- Transporte, estadia, alimentação.
- Serviços gerais e de manutenção de equipamentos.

6.5 CRONOGRAMA

Módulo	Atividade	Período*
Módulo 1 –Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas de campo • Visitas técnicas • Pesquisa bibliográfica e com outras fontes 	Dezembro/2001 a Fevereiro/2002
Módulo 2 –Preparatório	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões técnicas • Estabelecimento de parcerias • Elaboração/criação de material • Treinamento e capacitação 	Fevereiro/2002 a Abril/2002
Módulo 3 –Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Ações conjuntas • Ciclos de palestras • Seminários • Oficinas • Eventos e subprogramas 	Maior/2002 a Dezembro/2002
Módulo 4–Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de controle, acompanhamento e monitoramento contínuos. 	Fevereiro/2002 a Dezembro/2002

*Por se tratar de uma proposta de projeto elaborada para esta monografia, no intuito de proporcionar a “visualização” da prática, mesmo que intencionalmente, os períodos citados neste cronograma são fictícios.

7 CONCLUSÕES

Retoma-se como conclusão, num primeiro momento os pressupostos arrolados e as categorias de análise e, no segundo momento a discussão a respeito da proposta elaborada .

A respeito das questões ambientais, a realidade específica do objeto deste trabalho, o aprendizado que aqui se adquiriu certamente, no atendimento dos objetivos propostos, vem a colaborar para o subsídio de ações posteriores com vistas a promover as devidas melhorias daquele ecossistema, nos entendimento máximo de sua abrangência.

O caráter relevante apresenta-se como resultado no que se refere ao potencial daquelas comunidades para o desenvolvimento do ecoturismo e toda a realidade ambiental que induzem a este caminho.

E, por falar em caminho, conclui-se que, até surgir outra proposta, o desenvolvimento sustentável , com seus princípios, metas e objetivos (que extrapolam o caráter conceitual), estabelece-se neste trabalho como o caminho viável de ser percorrido, dada sua flexibilidade e abrangência de aspectos, que acabam por atender em sua maioria, às demandas sócio-econômicas e ambientais daquela região.

O ecoturismo vem , portanto fortalecer este atendimento na perspectiva de que, instrumentalizadas, aquelas comunidades possam sobressair às dificuldades impostas pelas próprias condições de sua realidade.

O projeto apresentado, elaborado como base para que se vislumbre a praticidade do planejamento e, de uma maneira geral, das idéias geradas com este estudo vem de encontro a esta "instrumentalização". Estas idéias, que embora não executadas, até porque referem-se à composição da proposta, confirmam a premissa de que é possível sim criar, construir os caminhos que levam à sustentabilidade. Sua prática portanto é uma questão de proporções, ou seja , à medida em que se definirem demandas e momentos apropriados, atualizando e readaptando-se seus módulos tomam-se passíveis de implementação.

Esta proposta foi elaborada com base na consideração de diversos fatores, indicadores passíveis de oportunizar a compreensão do que é necessário, o que é prioritário, o que é viável e, o mais importante: o que apresenta melhores resultados.

Para as comunidades do complexo do PARNA do Superagui a melhoria da qualidade de vida e ambiental estão intimamente relacionadas ao Parque, ou seja, aquelas pessoas dependem das conseqüências do que se realizar naquele ecossistema.

Portanto os esforços engajados em promover tais melhorias, respeitando-se as reais necessidades e condições locais, são sempre bem vistos pela comunidade desde que sejam perceptíveis seus resultados e a possibilidade de se tomarem em realidade concreta. Neste sentido este trabalho que, longe

de ser aceito como verdade absoluta sobre o objeto de estudo (não é o objetivo), pode ser entendido como um instrumento de apoio à implementação de ações que produzam os resultados esperados quanto às melhorias e ao próprio desenvolvimento sustentável da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Edgard; BARBOSA, Josué Humberto. *Introdução ao Ecoturismo*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 87 p.
- ALENCAR, Edgard; GOMES, Marcos Afonso Ortiz. *Ecoturismo e o Planejamento Social*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 102 p.
- ALLIEVI, João. *Gestão de Empreendimentos Ecoturísticos – O turismo e a atividade econômica*. Curitiba: IBPEX, 1999. 14p.
- AMÂNCIO, Robson; GOMES, Marcos Afonso Ortiz. *Ecoturismo e Sustentabilidade*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 77 p.
- BARBOSA, José Humberto. *Ecoturismo e História Ambiental*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 94 p.
- BARBOSA, José Humberto. *Educação Ambiental: Movimentos e Interpretação Sócio ambientais*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 63 p.
- BARROS, Patrícia Mattos de. *Administração Hoteleira e de Pousadas Ecológicas*. Curitiba: IBPEX, 1999. 32p.
- CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida (The Web of Life)*. São Paulo: Cultrix/Amana Key, 1996.
- CIMARDI, Ana Verônica. *Mamíferos de Santa Catarina*. Florianópolis: FATMA, 1996. 302p.
- DREY, Vilmar. *Roteiros Ecológicos*. Pinhais: Editora Mãe Terra Ecoventura, 2000. 80 p.

- FULLGRAFF, Frederico. *Turismo em números*. Curitiba: IBPEX, 1999. 10
transparências: material iconográfico.
- HEEMANN, Ademar; VIEIRA, Leociléia Aparecida. *A Roupagem do texto científico*. Curitiba: IBPEX, 1999. 47p.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
Zoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES, 2001. 150p.
- IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
Diagnóstico Ambiental da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES,
1995.
- LINDBERG, Keg; HAWKINS, Donald. *Ecoturismo um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Editora SENAC, 1995. 292p.
- LOUZADA, Júlio Neil Cassa; ALVARENGA, Maria Inês Nogueira. *Ecologia e Interpretação Ambiental*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 94 p.
- PARANÁ Turismo. *Parque Nacional do Superagüi*. Referência obtida via base de dados, 2001. Disponível na Internet.
<http://www.celepar/sema/carcues/diversos/supera.html>
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio ambiente e Recursos Hídricos.
Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IAP,
1995. 80p.
- PINTO, Antônio Carlos Brasil. *Turismo e Meio Ambiente – Aspectos jurídicos*. Curitiba: IBPEX, 1999. 8 p.
- RODERJAN, Carlos Vellozo; KUNIYOSHI, Yoshiko Saito.
Macrozoneamento Florístico da Área de Proteção Ambiental APA Guaraqueçaba. Curitiba: FUPEF, 1988. 54p.

SALVATI, Sérgio Salazar. *O Ecoturismo- Conceitos e Princípios*.

Referência obtida via base de dados: SSS Web Máster, 2001. Disponível na Internet. <http://sites.uoi.com.br/ecosfera/conceito.htm>.

Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS.

Guaraqueçaba na palma da mão. Curitiba: Gráfica Capital, 1995. 36p.

Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS

Parque Nacional do Superagüi – Ecoturismo de Base Comunitária.

Curitiba: SPVS, 1999. 33p.

Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS.

Impactos da Atividade Turística sobre a Organização Social e Cultural das Populações Tradicionais da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: SPVS, 1995. 42p.

TAKAHASHI, Leide Yassuco. *Conservação da Natureza II – Capacidade de*

Carga e Limite Aceitável de Câmbio. Curitiba: IBPEX, 1999. 10p.

VITORINO, Maria Rachel. *Lazer em áreas Naturais*. Lavras:

UFLA/FAEPE, 2000. 39p.

VON BEHR, Miguel. *Guarakessaba*. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

142p.